

STJ00106970

ALEXIS COUTO DE BRITO

EXECUÇÃO PENAL

5ª edição

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53604-86-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Brito, Alexis Couto de

Execução penal / Alexis Couto de Brito. – 5. ed. – São Paulo :
Saraiva Educação, 2019.

1. Execução penal – Brasil 2. Direito penal I. Título.

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Muiraquitã Editoração Gráfica
Revisão Albertina Piva

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

18-1511

CDU 343.8(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Execução penal : Brasil 343.8(81)

Data de fechamento da edição: 21-12-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605366 CAE 630783

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Prefácio à 5ª edição</i>	23
<i>Prefácio à edição original</i>	31
<i>Nota do autor à 4ª edição</i>	33
1. Natureza, objeto e objetivos da execução penal	35
1.1. Introdução	35
1.2. Natureza jurídica	38
1.2.1. Jurisdicionalização da execução da pena	40
1.2.2. Ação pública	42
1.2.3. Jurisdição especial	43
1.3. Objeto da execução	44
1.4. Objetivos	46
1.4.1. Fins da pena	46
1.4.2. Fins da execução penal	49
1.5. Jurisprudência selecionada	59
2. Princípios da execução penal	63
2.1. Legalidade	63
2.2. Humanidade	65
2.3. Isonomia	66
2.4. Jurisdicionalidade	67

2.5.	Individualização da pena.	67
2.6.	Intranscendência ou personalidade.	69
2.7.	Devido processo legal	70
2.8.	Estado de inocência.	71
2.9.	Contraditório e ampla defesa.	72
2.10.	Jurisprudência selecionada	74
3.	Evolução histórica	83
4.	Aplicação da Lei de Execução Penal	89
4.1.	Nomenclatura: Direito Penitenciário ou Direito da Execução Penal?	89
4.2.	Fontes positivas da execução penal	91
4.2.1.	Constituição Federal.	91
4.2.2.	Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84)	92
4.2.3.	Código de Processo Penal.	92
4.2.4.	Código Penal	93
4.2.5.	Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos	93
4.2.6.	Lei dos Juizados Especiais (Lei n. 9.099/95).	94
4.3.	Jurisprudência selecionada	94
5.	Sujeitos passivos da Lei de Execução Penal	97
5.1.	Preso provisório	97
5.2.	Condenado	98
5.2.1.	Classificação do condenado	98
5.2.2.	Exame criminológico	100
5.2.2.1.	Origem histórica do exame e análise crítica	103
5.2.2.2.	A falta de exigência legal do exame para progressão.	106
5.2.3.	Periculosidade e agente imputável (criminoso “perigoso”)	108

5.2.3.1.	Identificação do perfil genético do condenado.	117
5.2.4.	Comissões de classificação	121
5.2.4.1.	Comissão Técnica de Classificação (CTC)	121
5.2.4.2.	Comissão junto ao juízo da execução .	122
5.2.5.	Beneficiário de “sursis”.	122
5.2.6.	Libertado condicionalmente.	122
5.2.7.	Crime político	122
5.2.8.	Crime militar	123
5.2.9.	Crime eleitoral	124
5.2.10.	Crime de competência federal	124
5.3.	Submetido à medida de segurança.	126
5.4.	Prisão civil.	127
5.5.	Prisão administrativa.	127
5.6.	Egresso	128
5.7.	Estrangeiro	128
5.7.1.	Transferência de estrangeiros para cumprimento da pena em seus países.	130
5.8.	Indígena	132
5.9.	Jurisprudência selecionada	132
6.	Assistência ao preso.	143
6.1.	Assistência material.	143
6.2.	Assistência à saúde	146
6.3.	Assistência jurídica	149
6.4.	Assistência educacional	150
6.5.	Assistência social	153
6.6.	Assistência religiosa.	156
6.7.	Assistência ao egresso	157
6.8.	Auxílio-reclusão	159

6.9.	Jurisprudência selecionada	162
7.	Trabalho	167
7.1.	Finalidades	167
7.2.	Regras	171
7.3.	Remuneração e outros direitos.	171
7.4.	Remição.	176
7.5.	Trabalho interno	177
7.6.	Trabalho externo	177
7.7.	Casos excepcionais	180
7.7.1.	Lei das Contravenções Penais.	180
7.7.2.	Crime político	180
7.7.3.	Submetido à medida de segurança	180
7.8.	Jurisprudência selecionada	181
8.	Deveres	185
9.	Direitos	189
9.1.	Direitos constitucionais fundamentais.	192
9.1.1.	Quanto à pena	193
9.1.2.	Quanto à prisão	194
9.1.3.	Quanto ao preso condenado.	195
9.2.	Direitos das Constituições estaduais	197
9.3.	Direitos da Lei de Execução Penal.	205
9.3.1.	Proteção da imagem do condenado	207
9.3.2.	Lazer	207
9.3.3.	Visitas.	207
9.3.3.1.	Visita virtual	210
9.3.3.2.	Visitas íntimas.	211
9.3.4.	Entrevista pessoal e reservada com advogado.	215
9.3.5.	Entrevista com o diretor.	217
9.4.	Restrição dos direitos.	218
9.5.	Direitos retirados.	218

9.6.	Direitos suspensos	219
9.6.1.	Direitos políticos	219
9.6.2.	Direito de dirigir	223
9.7.	Direito de fugir?	224
9.8.	Transporte	226
9.9.	Sigilo de correspondência	226
9.10.	Jurisprudência selecionada	230
10.	Disciplina	237
10.1.	Tipicidade e anterioridade da infração.	238
10.2.	Competência disciplinar	241
10.3.	Faltas graves	242
10.4.	Faltas médias e leves	246
10.5.	Sanções	248
10.6.	Uso de algemas	251
10.7.	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	255
10.7.1.	RDD e política criminal	263
10.8.	Recompensas.	265
10.9.	Procedimento e aplicação das sanções.	267
10.10.	Prescrição da sanção administrativa	269
10.11.	Classificação da conduta carcerária e reabilitação administrativa	270
10.12.	Jurisprudência selecionada	271
11.	Órgãos do sistema de Execução Penal	279
11.1.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)	280
11.2.	Departamentos penitenciários	281
11.2.1.	Do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).	281
11.2.2.	Departamentos Penitenciários Locais.	283
11.3.	Conselho Penitenciário	284

11.4.	Juízo da execução	286
11.4.1.	Lei posterior	287
11.4.2.	Extinção da punibilidade	288
11.4.3.	Soma ou unificação das penas	289
11.4.4.	Progressão ou regressão de regime	291
11.4.5.	Detração e remição	292
11.4.6.	Suspensão condicional da pena (“sursis”).	293
11.4.7.	Livramento condicional	294
11.4.8.	Saídas temporárias	294
11.4.9.	Cumprimento, conversão e fiscalização da pena restritiva de direitos	294
11.4.10.	Medida de segurança	295
11.4.11.	Remoção para outra unidade da Federação	296
11.4.12.	Inspeção e interdição dos estabelecimentos penais.	297
11.4.13.	Formação do Conselho da Comunidade.	297
11.4.14.	Atestado de pena a cumprir.	297
11.4.15.	Incidentes da execução.	298
11.4.16.	Zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança	298
11.5.	Ministério Público	299
11.6.	Patronato	301
11.7.	Conselho da Comunidade	303
11.8.	Defensoria Pública.	306
12.	Estabelecimentos penais	309
12.1.	Classificação e separação	309
12.2.	Instalações especiais	312
12.3.	Local	314
12.4.	Lotação. Vagas	316
12.5.	Estabelecimentos em espécie	318
12.5.1.	Penitenciária (regime fechado)	318

12.5.2. Penitenciárias com Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	320
12.5.3. Penitenciárias federais de segurança máxima.	320
12.5.4. Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru)	323
12.5.5. Colônia Penal Agrícola, Industrial ou similar (regime semiaberto)	323
12.5.6. Casa do Albergado (regime aberto)	325
12.5.7. Centro de Observação Criminológica	327
12.5.8. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	328
12.5.9. Ambulatório	328
12.5.10. Cadeia pública	329
12.5.11. Centro de Detenção Provisória	329
12.6. A iniciativa privada	330
12.7. Jurisprudência selecionada	333
13. Execução das penas privativas de liberdade	337
13.1. Execução provisória	338
13.2. Pena privativa de liberdade	343
13.3. Guia de recolhimento ou guia de execução (antiga carta de guia)	345
13.4. Liquidação das penas	348
13.5. Prisão especial	351
13.6. Regimes	354
13.6.1. Regime fechado	358
13.6.2. Regime semiaberto	358
13.6.3. Regime aberto	358
13.6.4. Regime aberto domiciliar	360
13.6.5. Progressão	362
13.6.6. Regressão	372
13.7. Remição	377
13.7.1. A remição pelo trabalho	378
13.7.2. A remição pelo estudo	381
13.7.3. Procedimento de declaração da remição	383

13.7.4. Perda dos dias remidos	383
13.8. Detração	386
13.9. Autorizações de saída	388
13.9.1. Permissão de saída	388
13.9.2. Saída temporária	391
13.9.3. Perda do direito à saída	395
13.9.4. Recuperação do direito à saída	396
13.10. Alvará de soltura	397
13.11. Jurisprudência selecionada	398
14. Execução das penas restritivas de direitos	421
14.1. Código Penal	423
14.1.1. Prestação pecuniária	424
14.1.2. Perda de bens e valores	426
14.1.3. Prestação de serviço à comunidade ou a entida- des públicas	427
14.1.4. Interdição temporária de direitos	428
14.1.5. Limitação de fim de semana	431
14.2. Lei de Abuso de Autoridade (Lei n. 4.898/65)	433
14.3. Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90)	434
14.4. Código de Trânsito (Lei n. 9.503/97)	434
14.4.1. Suspensão ou proibição de obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor	435
14.4.2. Multa reparatória	436
14.5. Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98)	438
14.5.1. Prestação pecuniária	439
14.5.2. Prestação de serviços à comunidade	439
14.5.3. Interdição temporária de direito	439
14.5.4. Suspensão de atividades	440
14.5.5. Recolhimento domiciliar	440
14.5.6. Pessoa jurídica	441
14.6. Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/2003)	441
14.7. Lei de Falência (Lei n. 11.101/2005)	443

14.8. Aplicação e execução	443
14.9. Suspensão da execução das penas restritivas.	447
14.10. Prescrição	447
14.11. Jurisprudência selecionada	447
15. Execução da pena de multa	449
15.1. Valor	450
15.2. Pagamento	451
15.3. Não pagamento	454
15.4. Suspensão	454
15.5. Execução	454
15.6. Prescrição	456
15.7. Transcendência da pena de multa	456
15.8. Jurisprudência selecionada	457
16. Medida de segurança.	459
16.1. Aplicação	461
16.2. Espécies.	462
16.3. Prazo	464
16.4. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável	465
16.5. Execução	465
16.6. Cessação da periculosidade	466
16.7. Desinternação ou liberação condicional	467
16.8. Extinção da medida de segurança	468
16.9. Tratamento médico da Lei n. 11.343/2006	469
16.10. Jurisprudência selecionada	469
17. Suspensão condicional da execução da pena (<i>sursis</i>)	473
17.1. Período de suspensão	474
17.2. Requisitos	475
17.3. Concessão	476

17.4. Crimes hediondos	477
17.5. Fixação das condições	478
17.6. Condições em espécie	479
17.6.1. <i>Sursis</i> simples	479
17.6.2. <i>Sursis</i> especial	479
17.6.3. <i>Sursis</i> etário	480
17.6.4. <i>Sursis</i> humanitário	480
17.7. Registro e averbação	481
17.8. Perda de eficácia	481
17.9. Fiscalização	482
17.10. Revogação	483
17.10.1. Revogação obrigatória	483
17.10.2. Revogação facultativa	484
17.11. Prorrogação do período de prova	486
17.12. Extinção	487
17.13. Jurisprudência selecionada	487
18. Livramento condicional	491
18.1. Requisitos	492
18.1.1. Pena mínima igual ou superior a 2 (dois) anos	493
18.1.2. Cumprimento mínimo da pena	493
18.1.2.1. Livramento condicional simples ou ordinário	493
18.1.2.2. Livramento condicional especial ou qualificado	495
18.1.2.3. Livramento condicional extraordinário	495
18.1.3. A soma das penas como base de cálculo para o livramento	496
18.1.4. Comportamento satisfatório e bom desempenho no trabalho	497
18.1.5. Aptidão para autossubsistência	497
18.1.6. Reparação do dano	498
18.1.7. Presunção de não reincidência	499

18.2. Gravidade do crime	500
18.3. Procedimento para a concessão	500
18.4. Condições	504
18.4.1. Obter ocupação lícita	506
18.4.2. Comunicação periódica da ocupação	506
18.4.3. Prévia autorização para mudança de comarca	506
18.4.4. Autorização para mudança de endereço	507
18.4.5. Recolhimento à habitação em hora fixada	507
18.4.6. Proibição de frequentar determinados lugares	507
18.4.7. Outras condições	507
18.5. Acompanhamento	508
18.6. Suspensão	509
18.7. Revogação	510
18.7.1. Revogação obrigatória	511
18.7.2. Revogação facultativa	511
18.7.3. Cálculo da pena após a revogação	512
18.8. Interrupção do prazo	513
18.9. Prorrogação	513
18.10. Cumprimento da pena em livramento condicional	514
18.11. Jurisprudência selecionada	514
19. Monitoramento eletrônico	519
19.1. Possibilidades técnicas	520
19.2. O monitoramento como pena	521
19.3. Regime fechado e monitoramento	522
19.4. Prisão preventiva e monitoramento	523
19.5. O monitoramento na Lei de Execução Penal	524
19.6. Regulamentação	525
19.7. Jurisprudência selecionada	527
20. Incidentes na execução	529
20.1. Conversões	530

20.1.1.	Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	530
20.1.2.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	532
20.1.2.1.	Prestação de serviços à comunidade.	533
20.1.2.2.	Limitação de final de semana	535
20.1.2.3.	Interdição temporária de direitos	535
20.1.3.	Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança	536
20.1.4.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação	539
20.1.5.	Conversão das penas pecuniárias.	539
20.2.	Excesso ou desvio	539
20.3.	Anistia.	540
20.4.	Indulto.	543
20.5.	Graça (indulto individual)	552
20.6.	Comutação da pena	554
20.7.	Delação premiada	555
20.8.	Remição.	560
20.9.	RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)	560
20.10.	Unificação de penas.	560
20.11.	<i>Novatio legis in mellius</i>	561
20.12.	Jurisprudência selecionada	561
21.	Procedimento judicial	567
21.1.	Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal	567
21.2.	Código Penal e Lei de Execução Penal.	569
21.3.	Rito processual	569
21.4.	Recursos	571
21.4.1.	Agravo em execução.	571
21.4.2.	Recurso em sentido estrito	574
21.4.3.	Carta testemunhável.	574

21.4.4. Correição parcial	574
21.4.5. Embargos infringentes	575
21.5. Mandado de segurança	575
21.6. Revisão criminal	575
21.7. “Habeas corpus”	575
21.8. Jurisprudência selecionada	576
22. Reabilitação	583
22.1. Natureza	583
22.2. Competência	584
22.3. Objeto e alcance	584
22.4. Requisitos	586
22.5. Procedimento	587
22.6. Revogação	589
22.7. Recursos	590
22.8. Jurisprudência selecionada	590
<i>Bibliografia</i>	593